

Programa quebra uma tradição

BRASÍLIA — O novo programa de socorro aos estados que o governo está elaborando quebra uma tradição. Acostumados a renegociar as dívidas estaduais a cada dois anos, os técnicos do Tesouro Nacional terão agora que tratar do assunto menos de um ano após o último acordo, no final de 1995.

Desde 1989, a tradição vinha sendo mantida. A receita era sempre a mesma: os estados renegociavam suas dívidas e depois procura-

vam o governo federal, afirmando que novamente não tinham como pagar. Foram feitos acordos em 1989, 91, 93 e no final de 95. Há menos de um mês, o Tesouro autorizou três estados — Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia — a suspenderem por 90 dias o pagamento do principal dos últimos empréstimos concedidos na virada do ano.

Os estados ainda devem R\$ 43,6 bilhões referentes às renegociações de 89, 91 e 93. São R\$ 29,4 bilhões

do acordo de 93, R\$ 7,7 bilhões refinanciados em 89 e R\$ 6,5 bilhões de dívidas com bônus da dívida externa também renegociados.

Os prazos de pagamento desses refinanciamentos chegam a 30 anos e as taxas de juros vão desde a Taxa Referencial mais 6,5% ao ano até TR mais 12%. Depois de dar prazos longos e ver que o problema não se resolvia, a União autorizou a injeção de recursos nos estados no final de 1995. Em contrapartida,

exigiu que eles implementassem programas de reestruturação como demissão de pessoal e aumento da arrecadação.

O pagamento dos cerca de R\$ 2,1 bilhões emprestados deve acontecer até o final dos atuais mandatos, mas até julho somente R\$ 268 milhões haviam retornado aos cofres da Caixa Econômica Federal.

Segundo dados do Tesouro, quase a metade dos estados compromete 20% das receitas com o pagamento de dívidas.